

Ata da 61ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia,

em 28 de novembro de 2011.

Presidência da Senhora Deputada Kelly Magalhães *ad hoc*. À hora marcada, a Sra. Presidenta, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Especial **para analisar e discutir o PL 7.276/2010, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente**, proposta pela Deputada Kelly Magalhães e pela Deputada Federal Alice Portugal. A Sra. Presidenta convidou para compor a Mesa os (a) Srs (a): Deputada Federal Lílíam Sá, 1ª Vice-Presidente da Comissão Especial PL 7.672/2010, Educação sem uso de castigos corporais; Deputada Federal Teresa Surita, relatora do PL 7.672/2010; Deputada Federal Alice Portugal, Membro da Comissão Especial PL 7.672/2010; Deputado Federal Emiliano José, Membro da Comissão Especial PL 7.672/2010; Renildo Barbosa, Presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Salvador; Promotora Márcia Guedes, do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Infância e Juventude; Dra. Raquel Niskier Sanches, representando a Sociedade Brasileira de Pediatria na Rede Não Bata, Eduque. A Deputada Federal Lílíam Sá tratou sobre o PL 7.672/2010, prestando esclarecimentos sobre a matéria, que tem por objetivo maior proteger as crianças contra a violência doméstica e esclarecer os pais acerca das consequências oriundas dessa violência. Relatou que os casos de crianças que sofrem de violência intrafamiliar têm aumentado assustadoramente, criticou a violência como forma de educar uma criança, e defendeu o diálogo como melhor instrumento na relação entre pais e filhos. Elogiou o trabalho realizado pela Rede Não Bata, Eduque, e finalizou solicitando o apoio dos parlamentares no sentido de divulgarem o real propósito desse projeto. O Deputado Federal Emiliano José representante do movimento "Não Bata, Eduque", considerou que a violência física realizada pelos pais tem caráter de tortura, visto que atingem pessoas que não podem se defender, e reiterou que quem sofreu tortura na infância, leva essa marca para toda a vida, podendo ser um indutor de mais violência. Destacou a importância do projeto, avaliando que tem um propósito educativo e pedagógico, e considerou que essa matéria vai derrubar o mito de que o Direito não pode chegar à intimidade do lar, como aconteceu com a Lei Maria da Penha, a qual tem impedido que muitas mulheres sofram violência doméstica. Ressaltou que a intenção desse projeto é fazer com que os pais eduquem através do diálogo, desconstruindo o conceito de que a autoridade seja aplicada através da violência. Afiançou que a lei é aplicável, por isso atua em defesa da

aprovação do projeto, incentivou a participação da sociedade nesse processo, e concluiu parabenizando a Deputada Alice Portugal, por essa iniciativa. A Sra. Presidenta registrou a presença de entidades, órgãos e movimentos sociais. A Deputada Federal Alice Portugal agradeceu o empenho da Deputada Kelly Magalhães para a realização desta Sessão, e externou apoio integral ao projeto “antibaixaria” da Deputada Luiza Maia. Destacou a importância do papel do parlamentar, dos agentes públicos e da sociedade civil, em defesa das causas que combatam qualquer tipo de violência, e considerou fundamental aperfeiçoar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Informou que a discussão em torno do PL 7.672/2010 tem visitado vários estados com o propósito de esclarecer a proposta contida na matéria, que visa criar mecanismos para punir a violência e não, restringir o poder dos pais, como tem sido difundido. Considerou que é possível banir a violência doméstica como meio de educar, lembrando que a sociedade brasileira conseguiu banir o castigo nas escolas, o que na época se julgava impensável, e ressaltou que o indivíduo que sofre violência doméstica, carrega sequelas físicas e psíquicas por toda a vida. Externou apoio ao projeto por acreditar que vai contribuir para a construção dos cidadãos do futuro, preparando o Brasil para um novo tempo, que respeite o direito das pessoas. A Deputada Federal Teresa Surita informou que estão visitando vários estados, com o objetivo de esclarecer o propósito desse projeto, que tem gerado muitas polêmicas. Prestou esclarecimentos sobre a matéria, que tem como premissa maior esclarecer os pais a educarem suas crianças sem a utilização de castigo físico ou qualquer tipo de tratamento cruel ou degradante, e afirmou que a lei não pretende punir, mas dar proteção e assistência social a todos que precisem de cuidado, através de redes já existentes em todos os municípios. Mencionou que essa ação já é uma conquista em 31 países, com gerações formadas com esse tipo de educação, tendo sido comprovado melhora na autoestima, no equilíbrio das pessoas e na relação entre pais e filhos. Relatou vários casos de violência doméstica contra as crianças, observando que são abusos que acontecem diariamente no país, e reafirmou que o Brasil precisa avançar no que diz respeito ao cuidado e proteção das crianças e dos adolescentes, impondo limites para os educadores e referência de segurança para as crianças. Parabenizou a Deputada Federal Alice Portugal por proporcionar este evento, e encerrou agradecendo a participação de todos que têm colaborado com mais subsídios para o relatório final. A Dra. Raquel Niskier Sanchez declarou que como pediatra atuante observou que o mau trato psicológico é uma das formas mais comuns de violência realizada pelos pais, uma forma muito grave de educar e que não está presente na mídia. Externou o desejo de que o PL 7.672/2011 venha a ser aprovado, por considerar uma excelente ferramenta para mudar a cultura de violência contra as crianças e os adolescentes, fazendo com que a sociedade entenda que a criança precisa de proteção.

Avaliou que cabe ao Poder Público informar aos pais que é possível educar sem violência, e concluiu afirmando que a infância é um período importante para a construção de um adulto psicologicamente saudável. A Promotora Márcia Guedes ressaltou a importância do debate em torno desse tema, e considerou que a aprovação dessa matéria vai possibilitar corrigir as deficiências existentes com relação ao amparo às crianças e a proteção ao núcleo familiar. Informou que os promotores e magistrados brasileiros tiveram a oportunidade de conhecer a fundo, neste ano, a realidade das crianças de Norte a Sul do país, e relatou que o Ministério Público da Bahia, realizou em 2010, o seminário “Educar sem castigo”, visando apoiar o projeto, ao tempo em que apresentou os dados levantados pelo órgão até outubro de 2011, mencionando também dados fornecidos pelo Instituto Médico Legal (IML), no período de 2008 a julho/2011, concernentes ao número de crianças e adolescentes assassinados. Defendeu qualquer ação que venha a reduzir todo o tipo de violência, bem como esclarecer a população acerca do real propósito desse projeto. Finalizou afirmando que o PL 7.672/2011 não quer impedir os pais de exercerem a sua autoridade, mas obrigar os pais a educarem sem violência. O Sr. Renildo Barbosa tratou sobre a cultura de violência instalada no país e a dificuldade em realizar ações de reparações, considerando que se faz necessário reconhecer a gravidade desse tipo de violência cometida na infância e que geram sequelas para o resto da vida. Analisou que a ação dentro do lar é muito difícil de realizar, mas é possível, visto o que se tem observado com a implantação da Lei Maria da Penha, e reforçou a necessidade urgente de aprovar a matéria, que vai possibilitar a formação de adultos mais capacitados e saudáveis, gerando como consequência uma sociedade melhor. Convidou toda a sociedade a se mobilizar em torno da aprovação da matéria. A Sra. Juranir Sales, da Coordenação Estadual da Pastoral da Criança, prestou informações acerca do trabalho realizado pela entidade, que atua dentro das famílias. Enfatizou a importância desse projeto, visto que luta para defender a infância, um período sagrado da vida do indivíduo, torce para que o empreendimento seja vitorioso e colocou a Pastoral à disposição, para ajudar no que for preciso para que o projeto venha a ser aprovado. A Sra. Eleonora Ramos, Coordenadora do Projeto “Não Bata, Eduque”, na Bahia, informou que a Rede foi estruturada em 2006, e atualmente conta com o apoio de diversos órgãos. Avaliou que a aprovação do projeto vai gerar um grande desafio, visto que precisa do envolvimento do Poder Público e da sociedade, e lembrou que na Suécia, projeto de teor semelhante, levou 30 anos para ser implantado e gerou excelentes resultados. Comentou que a discussão em torno do tema tem causado uma mobilização nacional favorável, e lembrou que em 2005, a então Deputada Estadual Lídice da Mata, realizou uma audiência pública nesta Casa, para debater a violência doméstica pela primeira vez na Bahia. Encerrou considerando que os avanços são lentos, mas progressivos.

O Deputado Fabrício Falcão corroborou da necessidade de se mudar a cultura de violência doméstica existente no Brasil, e ponderou que nenhuma forma de violência, seja física ou psicológica, pode contribuir para gerar cidadãos equilibrados. Ressaltou que qualquer tipo de violência deve ser banida da sociedade, e destacou que a criança tem na infância, o seu período de formação. Por fim, externou apoio ao projeto, considerou positivas as ações que têm sido realizadas para esclarecer o real propósito da matéria, e parabenizou a todos que estão envolvidos nesse projeto. A Deputada Federal Teresa Surita voltou a fazer uso da palavra para relatar as ações realizadas na Suécia, uma preocupação do Poder Público. Mencionou que o Brasil tem uma das leis mais avançadas do mundo no que diz respeito à criança e ao adolescente – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), contudo na maioria dos municípios brasileiros essa Lei foi sequer implantada, ressaltou a significância dos Conselhos Tutelares, e considerou que o avanço nessa área é uma questão de tempo. Informou que a partir de amanhã, o substitutivo ao projeto vai ser publicado no *site* da Câmara dos Deputados, e finalizou solicitando o apoio da Comissão Especial PL 7.672/2010, Educação sem uso de castigos corporais e de todos que possam contribuir para o engrandecimento desse tema. A Deputada Federal Alice Portugal destacou a importância da participação de todos no combate à violência contra as crianças e os adolescentes, e afirmou que a Bahia e o Brasil vivem momentos melhores. Ressaltou a importância de se fortalecer esse grande movimento em prol de uma cultura de paz e da construção de novos cidadãos, e considerou que ações dessa natureza enriquecem esse processo, que teve origem no Poder Executivo. Concluiu agradecendo a Deputada Kelly Magalhães e a todos que estão engajados em favor dessa causa, e a Casa, que acolheu a realização desta Sessão. A Deputada Kelly Magalhães ressaltou a importância do debate em torno da alteração do Estatuto da Criança e do Adolescente, com a inclusão do projeto de lei de autoria do Poder Executivo, que proíbe a aplicação de castigos corporais e tratamento cruel ou degradante a crianças e adolescentes. Considerou que essas discussões sobre a educação sem uso de castigos corporais, que estão ocorrendo em vários estados, irão auxiliar a desmistificar a primeira impressão que ficou na sociedade sobre a aprovação do projeto de lei, de que ele traria uma intromissão indevida do Estado no direito dos pais de educar seus filhos. Afirmando que "Na verdade, o que queremos é que as crianças e adolescentes possam contar com um instrumento de proteção do Estado em relação à violência a que estão vulneráveis". A Sra. Presidenta em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -